



Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Matthias Gloël¹

O 1139/1140 português na *Revista dos Centenários*

The Portuguese 1139/1140 in the Journal *Revista dos Centenários*

Resumo:

Este artigo trata da utilização dada ao início do reino português em 1139 na *Revista dos Centenários*, publicada entre os anos 1939 e 1940 no contexto da Exposição do Mundo Português. Analisam-se os diversos textos que se publicam sobre essa temática no contexto das correntes historiográficas daquela época em geral e do Estado Novo português em particular. Os eixos centrais dos textos são o nascimento da nação e os méritos pessoais do primeiro rei Afonso Henriques. Finalmente, explica-se como o ano de 1139 é utilizado nos textos da *Revista dos Centenários* num contexto de continuidade sobre outras épocas posteriores que são apresentadas como a continuação da luta da nação portuguesa pela sua independência contra o vizinho castelhano.

Palavras-chave:

História medieval; Estado Novo português; História da historiografia.

Abstract:

This study is about the use that was made of the beginning of the Portuguese kingdom in 1139 in the Journal *Revista dos Centenários*, published during 1939 and 1940 in the context of the Exhibition of the Portuguese World. We will analyse the different texts, that were published about this issue and we will explain them in the context of the historiographical trends in this time in general and in the Portuguese *Estado Novo* in particular. The central axes of the texts are the birth of the Portuguese nation and the personal merits of the first king Afonso Henriques. Finally, we explain, how the events of 1139 have a continuity in the journal, in the texts about later periods, which are presented as the constant struggle of the Portuguese nation for its independence against the Castilian neighbour.

Keywords:

Medieval history; Portuguese *Estado Novo*; History of historiography.

¹ Universidad Católica de Temuco. E-mail: mgloel@uct.cl

1. Introdução

A *Revista dos Centenários* foi criada no contexto da Exposição do Mundo Português que teve lugar em Lisboa entre 23.6.1940 e 2.12.1940, sendo publicada mensalmente durante dois anos (1939 e 1940), por um total de 24 volumes². Foi editada pela Comissão Nacional dos Centenários, mais concretamente pela Secção de Propaganda e Recepção, tal como se pode ver nas portadas de cada um dos números. Foram publicados os discursos mais importantes realizados na exposição, tal como o do chefe do estado Óscar Carmona e o do chefe do governo António de Oliveira Salazar. A maioria das contribuições, todavia, são artigos sobre diferentes temas relacionados com o mundo português e especialmente sobre os dois centenários, motivo principal da exposição e por tanto da revista.

O preço de cada volume da revista era de 2 escudos e 50 centavos em Portugal, de 3 escudos em Portugal de Ultramar, 3 escudos e 50 no estrangeiro. A maioria dos portugueses não estava em condições de a comprar, dado que o salário médio dos trabalhadores era de 15 escudos diários, o qual não era suficiente para cobrir as necessidades básicas - para essas necessidades básicas eram necessários 28 escudos, o quer dizer quase o dobro (Rosas, 1990: 350). A revista estava, então, destinada às elites do país, coisa que não é surpreendente, já que a sociedade do Estado Novo de Salazar era de conformação altamente elitista que considerava de pouca importância a educação das massas populares.

Como bem diz o título, comemoraram-se dois centenários da história portuguesa, o primeiro em 1140 (que na realidade foi em 1139), ano em que se coroou o primeiro rei português Afonso Henriques, e o segundo em 1640, quando Portugal saiu da monarquia hispânica depois de 60 anos de união dinástica com os outros reinos da península ibérica, e começou a realeza dos Bragança com o seu primeiro rei João IV.

O objetivo deste estudo é investigar como se usou esta origem histórica do ano 1139 para a propaganda nacionalista do Estado Novo, a qual tinha como objectivo vincular o passado glorioso com o próprio presente. Assim escreve António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional na sua *Carta Aberta aos Portugueses de 1940*, publicada no primeiro número da *Revista dos Centenários*: “1140 (1139 foi o seu prólogo...) explica 1640, como 1640 prepara 1940. São três anos sagrados da nossa história, o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento” (Ferro, 1939: 19)³. Essa ideia de vincular aquelas duas

² Todos os números da *Revista dos Centenários* estão disponíveis na página da Hemeroteca Digital de Lisboa: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/RevistadosCentenarios.htm>

³ Todas as citações textuais mantêm a ortografia do texto original.

datas importantes da história portuguesa com o próprio presente tinha aparecido já uma década antes, num artigo do então embaixador português em Bélgica, Alberto de Oliveira, publicado como *Um Português ausente de Portugal* a 15 de Fevereiro de 1929 no *Diário de Notícias*, onde já se propõe realizar em 1940 uma grande comemoração destas duas datas 1140 e 1640.⁴

Trataremos de explicar então como o ano 1140 está presente nesta dinâmica de uso da história por parte do Estado Novo no marco da revista. Também analisaremos os discursos no contexto da historiografia daquela época, num contexto nacional e internacional. Além disso, explicaremos quem foram os autores que contribuíram para a revista, e se eram historiadores ou de outras áreas.

2. Contexto histórico da exposição e da revista

Depois do golpe de estado que acabou com a república democrática em portuguesa em 1926, proclamou-se o Estado Novo em 1933, uma ditadura autoritária com uma nova constituição (Brandão, 2008; Domingues e Pereira, 2010; Friedrich, 2016). A década de 1930 foi o tempo de maior prestígio do Estado Novo (Brito, 2011: 265). O Ato Colonial de 1930 (já em ditadura, mas antes do Estado Novo) podia ser considerado já como um antecedente importante, o qual ligou as colónias de forma mais estreita à metrópoles, chamando-se a essas possessões agora o Império Colonial Português.

Os atos e exposições comemorativos foram um recurso propagandista habitual dos primeiros anos do regime de Salazar (Acciaiuoli, 1998). Em 1934 realizou-se a Exposição Colonial Portuguesa no Porto (Serra, 2016), inspirada em exposições semelhantes de Antuérpia (1930) e Paris (1931), embora este tipo de exposição existia já desde a segunda parte do século XIX. Um ano mais tarde, em 1935, outra exposição recordou à tomada de Chaimite, lugar em Moçambique onde 40 anos antes foi feito prisioneiro o último monarca do Império de Giza. Em 1936 houve comemorações pelos dez anos de aniversário do golpe de estado, ou na linguagem da época, o Ano X da Revolução Nacional (França, 2010). No ano seguinte fez-se a Exposição Histórica da Ocupação no parque Eduardo VII em Lisboa, a qual consistiu principalmente em retratos de figuras importantes de campanhas coloniais do século XIX e princípios do XX.

⁴ Originalmente publicou-se como artigo do escritor Agostinho de Campos e só depois soube-se que em realidade o escreveu Alberto de Oliveira. Publicou-se de novo também no primeiro número da *Revista dos Centenários*.

Paralelamente, Portugal esteve presente também nas exposições internacionais desses anos, tal como nas exposições mundiais de Sevilha (1929), Paris (1937), Nova Iorque (1939) e São Francisco (1939-1940). Em todas elas pretendeu-se apresentar um Portugal novo, um Portugal restaurado que estava a renascer com o Estado Novo (Brito, 2011: 265). As exposições eram um instrumento de propaganda muito importante para o regime de Salazar (Lourenço, 1978: 147).

Finalmente, em 1940, o regime organizou a Exposição do Mundo Português durante quase meio ano. O próprio estado salazarista apresentou o ano 1940 como um “ano sagrado da família nacional”, e a exposição destinava-se a ser o pico desse ano sagrado (Almeida, 2004: 9-10; também Almeida, 2005: 111-160). O arquiteto principal Cottinelli Telmo inspirou-se muito nos eventos de propaganda na Alemanha nazi dos anos 30 (Fagundes, 1998). Também foram importantes as influências da Itália fascista de Mussolini, onde precisamente houve exposições coloniais de arte em Roma (1931) e Nápoles (1934) que tiveram o seu impacto sobre Portugal (Vargaftig, 2016).

Nesse contexto, a participação e implicação era um dever patriótico de todos os portugueses. Luiz Vieira de Castro expressa-o claramente num artigo da revista: “A nenhum português pode uma tal data [1940] ser indiferente e nenhuma outra, como esta, deve inspirar a todos reflexões mais proveitosas” (Vieira de Castro, 1939: 1)⁵.

Embora se trate de uma exposição de carácter nacional, insere-se igualmente na tradição das exposições mundiais que se fizeram desde 1851 (Londres). Muitas dessas exposições podem ser consideradas na prática mais como celebrações nacionais (Bennet, 2002), pelo qual também se podem considerar antecedentes da Exposição do Mundo Português de 1940. Essa tem sido definida como “o expoente apoteótico dos valores marcantes do Estado Novo” (Martins, Oliveira e Bandeira, 2012:1), ou também como “o mais importante acontecimento político-cultural do Estado Novo” (Barros, 1996: 325), definições que evidenciam a importância e o impacto que teve a exposição.

A *Revista dos Centenários*, como já dissemos, começou a ser publicada em Janeiro de 1939, ou seja, um ano e meio antes da inauguração da exposição que se encontrava já nas preparações. Os eixos centrais da revista são, como já faz supor o título, temas relacionados com a História, sendo o foco especial os dois centenários que dão o nome à revista. Também existem outros textos com mais variedade de aspetos, como a série *Castelos de Portugal* que aparece na grande maioria dos volumes apresentando um dos castelos que se encontram em território português.

⁵ Mantém-se em todas as citas da *Revista dos Centenários* a grafia original que pode as vezes diferir da atual.

A História normalmente é um recurso central de regimes com uma forte ênfase no nacionalismo, como se vê também nas ditaduras europeias contemporâneas ao Estado Novo português, na Alemanha de Hitler (Schöttler, 1997), na Itália de Mussolini (Ganapini, 1990) e na Espanha de Franco (Hernández Burgos, 2015). Como nos outros países, o uso (ou abuso) da História não é algo que começasse com a ditadura de Salazar. Desde finais do século XIX, a celebração da História é uma parte importante de todas as agendas políticas também em Portugal (Almeida, 2004: 8). Com o Estado Novo isso somente incrementou ainda mais. Um exemplo disso é precisamente a *Revista dos Centenários*.

3. O ano 1140 na *Revista dos Centenários*

O centenário de Afonso Henriques está principalmente presente nos volumes do primeiro ano da revista, ou seja, durante o ano 1939. Durante o segundo ano, o ano 1640 tem muito mais protagonismo. A explicação para tal é provavelmente o facto que historicamente os sucessos de Afonso Henriques atribuem-se ao ano 1139, pelo que o centenário em realidade foi em 1939. Depois, os volumes do ano 1940 são mais dedicados ao ano 1640.

Nos artigos da *Revista dos Centenários*, o ano 1140 é apresentado como o início da nação portuguesa, o que permite falar de oito séculos de história. O próprio chefe de estado no seu discurso inaugural da exposição, publicado também na revista, afirma que “há oito séculos que a nação existe” e que “há oito séculos o povo português caminha na história” (Carmona, 1940: 7). O sacerdote e historiador Agostinho de Azevedo usa o termo “fundação da nacionalidade” para referir-se às origens de Portugal num artigo sobre a família dos Mendes da Maia, segundo o autor alguns dos “principais auxiliares de D. Afonso Henriques nessa empresa e nas subsequentes para a sua [da nação] consolidação (Azevedo, 1939: 5).

Aqui está presente a ideia da nação que sempre era a mesma e que sempre habitava um território mais ou menos bem definido. Essa ideia é muito antiga e fica presente nas crónicas gerais⁶ que procuram os inícios das nações em origens míticos, muitas vezes vinculados à bíblia. Em muitos territórios europeus encontraram um dos descendentes de Noé que teria povoado o lugar depois do dilúvio universal (Allen, 1949; Bizzocchi, 2009; Simon i Tarrés, 2016: 154-162). Por exemplo, no caso da península ibérica este mito fundador está na figura de Tubal, neto de Noé que está presente de forma diferente nas crónicas dos diversos reinos espanhóis⁷ (Gloël, 2017a).

⁶ O termo crónica geral quer dizer que abarca a história de todos os tempos.

⁷ Na Idade Média e na Idade Moderna, o termo Espanha incluía a toda a península ibérica, quer dizer, também a Portugal, sendo um conceito mais geográfico que político.

Com o tempo, especialmente no século XIX, estes mitos desapareceram das historiografias europeias. O conceito de nação mudou a partir da Revolução Francesa (Hobsbawn, 1990) e começou a identificar-se com o estado, sendo a nação agora uma comunidade política em vez de um estado natural que reflecte um origem comum como o lugar de nascimento (Rémi-Giraud e Rétat, 1996). Neste contexto, são figuras históricas reais que se convertem nas referências principais das novas historiografias nacionais. Em Portugal, algumas dessas figuras são Afonso Henriques, primeiro rei, João I no contexto do 1383-85 com a batalha de Aljubarrota, e João IV, o rei da restauração de 1640.

Isso não quer dizer que eles não fossem importantes nas crónicas dos séculos anteriores. Especialmente Afonso Henriques teve um rol destacado nas obras historiográficas da Idade Moderna (Mariz, 1594; Brandão, 1632; Faria e Sousa, 1679). A diferença fica no significado que se dava à figura do primeiro rei. Nessas crónicas relaciona-se Afonso Henriques com o início da realeza em Portugal, o rei que começa uma dinastia. Mas a história de Portugal não começa com ele, nem a nação portuguesa tem a sua origem na sua realeza. A nação portuguesa (no sentido que explicamos antes) existia de muito antes, desde da chegada de Tubal depois do dilúvio.

Mas o que o discurso dos 800 anos de história implica é que Portugal e os portugueses não existiam antes, que de repente a gente que já estava ali converteu-se em portugueses porque Afonso Henriques tomou a coroa. Depois da fundação, a nação portuguesa continuou a existir até ao presente, sempre no mesmo território. Assim se define na *Nota oficiosa da Presidência do Conselho* que organizou a exposição: “Ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o Mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado” (Presidência do Conselho, 1939: 2). Esta nota é a primeira contribuição do primeiro número da *Revista dos Centenários*, e o tono dessa nota é continua durante os 24 volumes. No mesmo texto, essa definição também é aplicada ao Brasil, país que teve uma presença importante na exposição (Dias do Nascimento, 2008). Fala-se duma história comum até o século XIX e só com a separação, descrita como pacífica e amistosa, teria-se produzido a divisão em duas nações (Presidência do Conselho, 1939: 3).

A antiguidade de Portugal, destacada já naquela cita, surge em vários textos da revista. Como já dissemos, no mesmo volume 1 publica-se de novo uma carta do jornalista e escritor Agostinho de Campos (a qual foi realmente escrita por Alberto de Oliveira). É publicada esta vez sob o título *1140-1640-1940*, fazendo assim uma ligação entre essas três datas. Nesta carta afirma-se que Portugal é “não só uma das mais ilustres, mas também das mais antigas nações da Europa. Anterior três séculos à própria Espanha una, tal como hoje existe” (de Campos, 1939: 9). A alusão a Espanha faz referência ao matrimónio dos reis católicos em 1469 que uniu

dinasticamente as coroas de Castela e Aragão e segundo esse autor seria o começo da nação espanhola, 300 anos mais novo do que a portuguesa.

A historiografia nacional espanhola não compartiu essa visão exatamente. É verdade que os reis católicos foram considerados um momento decisivo na história de Espanha, mas a interpretação da historiografia espanhola do século XIX e boa parte do XX não é que se fundasse a nação espanhola nesse momento, mas que finalmente se conseguisse a unidade que existia desde há já muitos séculos antes (Lavallée, 1850; Sánchez Alonso, 1944; Comellas, 1974).

Também os historiadores que contribuíam à revista destacavam a antiguidade portuguesa. No segundo volume, Hernani Cidade, historiador e professor universitário, no seu artigo *A mais alta justificação da independência*, define a Portugal como “a mãe de Espanha”, à qual deu personagens tão importantes como Fernão de Magalhães e outros mais, mas que era Espanha que precisava da separação (e não Portugal) para encontrar o seu próprio caminho na história (Cidade, 1939a: 3). A diferença de muitos colaboradores da revista (embora muitos eram académicos com doutorados), Cidade é um dos historiadores importantes da época de Salazar e autor de vários livros, especialmente sobre os séculos XVI e XVII.

A contribuição do poeta Alberto d'Oliveira tem um ênfase especial na importância da cidade de Guimarães no origem de Portugal. O seu texto, claramente marcado pela sua condição de poeta, é intitulado *Guimarães, dia um de Portugal*. Afirma que foi no castelo desta cidade “onde nascemos como nação” e onde os primeiros reis portugueses tiveram a sua corte. E, para dar ainda uma continuidade histórica a Guimarães, diz que também teve um papel importante “no Dia Dois da independência nacional, que foi Aljubarrota” (A. Oliveira, 1939: 7). Também Luiz de Pina (médico e mais tarde político) localiza a origem de Portugal em Guimarães, “onde D. Henrique e sua mulher assentaram côrte” e “onde lhes teria nascido o filho, D. Afonso Henriques (1111?), segundo é tradição firme”. Segundo de Pina, já era o conde Henrique quem teve um forte “sentimento de independência”, o que finalmente “originou a criação dum estado juridicamente novo: PORTUGAL” (Pina, 1939: 12).

O término “estado” para o século XII é certamente anacrónico, e aqui nota-se sem dúvida a influência contemporânea do autor, algo muito comum na historiografia nacional do século XIX e boa parte do XX que costumava aplicar conceitos da sua própria época a tempos passados. Um destes fenómenos que ocorriam nas historiografias portuguesa e espanhola é aplicar a divisão da península ibérica em dois estados nacionais à Idade Média e à Idade Moderna, como se esta divisão tivesse sido sempre o estado natural da península, e a través desta “naturalidade” explicavam-se o ano 1139, os anos 1383/85 e o ano 1640 que separavam Portugal de Castela e finalmente do resto da península.

Esta particularidade portuguesa encontra-se bem presente também nos textos da *Revista dos Centenários*. Luiz Vieira de Castro, advogado, jornalista e autor de vários livros de história e política portuguesa, explica que houve no século X “um conjunto de circunstâncias locais” muito favoráveis, “desde as de carácter étnico à da geografia propícia de que Portugal disfrutava”, e nega ao mesmo tempo que Portugal era um projeto de elites, afirmando que não se produz a independência “pela simples vontade de alguns barões”. Em vez disso, Vieira de Castro vê uma evolução longa que finalmente fez possível “a formação de uma nacionalidade” (Vieira de Castro, 1939: 1).

Implicar a nação inteira no processo independentista também reflete muito bem a mentalidade nacionalista própria dos séculos XIX e XX, que se bem por um lado destaca a importância dos “grandes homens”, por outro lado também enfatiza a implicação de toda a nação no sentido contemporâneo nas façanhas nacionais. Na realidade, as decisões políticas na Idade Média e depois em todo o Antigo Regime dependiam somente das elites, coisa facilmente visível, por exemplo, no 1383/85, e mais ainda no 1580 português quando as atitudes da nobreza e do clero eram decisivas nos câmbios dinásticos que se produziram (Gloël, 2017b).

Vieira de Castro, porém, faz essa interpretação contemporânea do século XI vendo umas “condições incontestáveis do particularismo português”, motivo pelo qual conclui que o conde Henrique “encontrou a matéria mais propícia a uma completa independência”. (Vieira de Castro, 1939: 1-2). Essa evolução que Vieira de Castro afirma que existiu, também está presente no texto do geógrafo José de Oliveira Boléo, intitulado *Como conseguiu Portugal a sua autonomia política?*, publicado em duas partes nos volumes onze e doze da revista. Na primeira parte, o autor ainda não faz afirmações próprias, mas refere opiniões contrárias a respeito da naturalidade da individualidade portuguesa, questionando se existiam condições geográficas, étnicas e linguísticas para formar uma nação diferente, ou se somente foi “um acto de vontade de Afonso Henriques”, em palavras do professor Mendes Correia, citadas por Oliveira Boléo (1939a: 19). Vieira de Castro termina o seu artigo prometendo que no seguinte volume aportaria a sua própria opinião sobre o tema.

Nesta segunda parte Oliveira Boléo afirma que o processo da formação da nacionalidade portuguesa foi longo e que começou alguns milénios atrás. Segundo ele, “desde o neolítico começa a individualizar-se esta faixa ocidental da Península, criando uma cultura própria” (Oliveira Boléo, 1939b: 41). Esta singularidade continuaria, sempre segundo Oliveira Boléo, na época romana na península:

“A parte oriental da Península abre as portas no domínio romano, mas este só se estabiliza ao fim de muitas dezenas de anos de luta, e é exactamente a faixa ocidental e a do noroeste que mais se opõem ao cesarismo. O símbolo da resistência é Viriato, e a uniformização política

da Península só se consegue graças às legiões, em estado permanente de alerta” (Oliveira Boléo, 1939b: 42).

Antes da luta contra os romanos, explica Oliveira Boléo, os celtiberos do noroeste peninsular resistiam-se já contra a conquista cartaginesa ocorrida algumas décadas antes da chegada dos romanos (Oliveira Boléo, 1939b: 41).

O autor põe em oposição uma Lusitânia contrária ao domínio romano e um resto da península que ficava mais favorável. A figura de Viriato, que efetivamente nasceu no centro do que hoje é Portugal, tinha já uma longa tradição nas crónicas portuguesas como herói da luta contra os romanos (Mariz, 1594: 36; Sousa, 1951 [1620 aprox.]: 47; Ferreira de Vera, 2005 [1631]: 59). Embora também estes cronistas enfatizem que Viriato foi português, usam a sua figura para destacar que um português liderava a resistência espanhola contra os romanos, como Luis de Sousa, que lhe chama o “libertador de Espanha” (Sousa, 1951: 47). Oliveira Boléo, pelo contrário, usa-a para argumentar que a Lusitânia daquela época já tinha uma identidade diferente que o resto da península.

Para Oliveira Boléo, a Lusitânia originalmente também incluía Galiza a uma parte de Astúrias que precisamente perderam-se segundo ele na época pós romana que, uma vez mais, mostraria a individualidade portuguesa. Os visigodos lograriam conquistar o território ao norte do Tejo, enquanto a sul ficavam os suevos. Com isso, para o autor “esboçam-se já os dois “portugais”: o do Norte, e o do Sul, divididos pelo Tejo” (Oliveira Boléo, 1939b: 42). Assim, explica a divisão de Portugal e Galiza, e que a individualidade portuguesa consiste desse momento em que os visigodos não a dominaram, à diferença do resto da península.

Outra característica desta historiografia nacional era o enfoque nas grandes personagens (heróis) como protagonistas da história, a qual se podia explicar principalmente a través destes grandes homens que faziam a história (Carlyle, 1841⁸; Woods, 1913). Esta visão da história a través de personagens destacadas, obsoleta desde várias décadas, estava presente em todas as historiografias ocidentais, também na portuguesa, especialmente em tempos do Estado Novo (Grilo, 2011). Duas destas figuras chaves desta historiografia são, sem dúvida, o conde Henrique e muito mais ainda o seu filho Afonso Henriques, o primeiro rei.

Historicamente, Henrique de Borgonha (o futuro conde Henrique) foi um nobre ao serviço do rei leonês Afonso VI na conquista de Galiza. Como prémio pelo seu serviço o rei deu-lhe a sua filha Teresa para casamento e além disso também o Condado de Portucale. Assim, o conde converteu-se em vassalo do rei de Leão em 1096. Em 1139, o seu filho Afonso Henriques converteu-se em rei e o

⁸ Sobre Carlyle e esta obra em particular, Andrade, 2006.

condado em reino. Durante muito tempo era assumido como verídico que Afonso Henriques foi rei depois de ganhar milagrosamente a batalha de Ourique contra um exército mouro muito superior. Desde o século XIV existem referências à batalha, e em 1632 o cronista António Brandão (1632: 141v.) acrescenta o mito ainda mais com as supostas cortes de Lamego que o rei teria celebrado em 1143 (Ferreira Neves, 1973). Durante mais de dois séculos, todavia, estas cortes eram consideradas autênticas. Foi Alexandre Herculano (1846) quem rompeu pela primeira vez com as tradições míticas de Ourique e Lamego. Apesar disso, durante várias décadas posteriores continuaram a ser usados estes mitos para explicar e justificar a origem da nacionalidade portuguesa (Carvalho Buescu, 1987:137).

O tema da vassalagem, muito presente nas crónicas da Idade Moderna (Brandão, 1632: 19v.; Oliveira, 2000[1580]: 415) e refutada pelos cronistas, não é mais relevante na historiografia nacional, porque a mentalidade dos séculos XIX e XX não pensa em categorias de senhor e vassalo, mas em categorias de estado-nação como a independência nacional. Os textos da *Revista dos Centenários* também se inserem nesta corrente, exaltando a figura de Afonso Henriques como o criador e principal responsável da independência nacional de Portugal.

O advogado e jornalista Armando Marques Guedes escreve durante o segundo ano da revista uma série de artigos intitulada *Portugal é uma nação*. No quarto dos seus artigos afirma que existem provas para antecedentes da independência portuguesa já desde o século X. Segundo ele, há documentos desse século “em que aparece diferenciada a região trans-minhota como Galiza”. Como já vimos, antes da separação em dois condados, percebiam-se Galiza e Portugal como uma unidade. Continua Marques Guedes que desde o início desse condado “houve nêe e nos seus chefes uma viva aspiração nacionalista, com claras manifestações eclesiásticas e seculares” (Marques Guedes, 1940a: 5). Entre estes chefes também fica o conde Henrique, pai de Afonso Henriques. A figura do próprio primeiro rei é louvada na maioria dos textos, mas há dois de temática mais particular.

O historiador Carlos de Passos escreve dois artigos sobre a espada deste rei. Esta espada encontra-se hoje no Museu Militar do Porto. Segundo os especialistas, a espada é provavelmente do século XV e pertencia então a Afonso V. A discussão sobre a autenticidade da espada existia já na primeira parte do século XX e Carlos de Passos posiciona-se claramente a favor de que pertencesse a Afonso Henriques. Como o seu dono, a espada tem uma dimensão simbólica de longa história que está cheia de mitos. Um dos mitos ao redor da espada é que o rei Sebastião a levou a África onde morreu na batalha de Alcácer-Quibir. Neste caso seria muito provável que se tivesse perdido. Mas o autor faz referência a dois cronistas do século XVI, Manuel de Faria e Sousa e Manuel Severim de Faria que teriam afirmado que realmente o rei Sebastião a levou a África mas que a espada teria voltado depois. A conclusão de Passos é que “devem, pois, aceitar-se [as histórias deles] como verdadeiras, até prova contrária” (Passos, 1939a: 24). Ao final do segundo artigo lê-

se a mesma afirmação: “Até prova em contrário, mantenho o asserto expendido: a espada existente no Museo do Porto é verdadeira” (Passos, 1939b: 16).

O historiador e eclesiástico Miguel de Oliveira retoma o tema da possível beatificação do rei Afonso Henriques. A questão é antiga, porquanto já houve iniciativas na época de João III no século XVI, e outra vez em tempos de João V no século XVIII. O tema ainda tem uma certa vigência, coisa que fica evidenciada na recente publicação de Narciso Marques Machado (2014), titulada *Processo de beatificação de D. Afonso Henriques*. “D. Afonso Henriques poderá ser beatificado?”, pergunta Oliveira como título do seu artigo.

Embora Oliveira afirme não querer contradizer os juízos de Herculano e a sua desmistificação da batalha de Ourique, parece-lhe interessante apreciar novamente os “indícios de santidade” de Afonso Henriques (M. Oliveira, 1939: 7). Também admite que os cronistas do século XVII, os cônegos de Santa e os monges de Alcobaça (entre eles António Brandão que já mencionámos), inventaram documentos para glorificar os inícios da monarquia portuguesa e do seu protagonista principal, o rei Afonso Henriques (M. Oliveira, 1939: 7). Por isso, o autor explica que não se pode apoiar uma petição de beatificação com base nos milagres descritos nas obras destes autores, como a *Chronica dos Conegos Regrantes o a Monarquia Lusitana*, “pois, nenhum se apresenta digno de crédito”. Por isso, conclui Oliveira, “tinham necessariamente de se malograr as tentativas que se fizeram, em tempo de D. João III e D. João V, para canonizar o nosso primeiro rei” (M. Oliveira, 1939: 12).

A consequência disso, Oliveira não pede abertamente a beatificação de Afonso Henriques, mas elabora uma argumentação que conduz o leitor à conclusão que na verdade essa beatificação seria merecida. Embora não houvesse um milagre em Ourique, ainda é possível atribuir-lhe muitas virtudes cristãs, dado que que o rei fez muitos méritos e façanhas para a cristandade, conquistando muitos lugares dos mouros para o seu reino cristão, como Santarem (1146), Lisboa (1147) ou Évora (1162).

Com certeza seriam estes argumentos, entre outros mais, que teria Oliveira em mente quando escreve que Afonso Henriques “foi talvez de todos os nossos monarcas o que melhor realizou o ideal do herói cristão” (M. Oliveira, 1939: 9). E sobre Ourique adiciona que embora não seja um milagre, a sua presença na história e tradição popular portuguesas não é nada estranho, porque em muitos países “há lendas semelhantes que só pertencem à história porque influíram na vida dos povos e inspiraram feitos reais”. Acrescenta, além disso, ao seu argumento assinalando que se agora existem pessoas que duvidam do milagre da ponte Mílvia e o consideram lenda em vez de milagre, “como não há-de perder-se em brumas de sonho o milagre de Ourique?” (M. Oliveira, 1939: 10).

Como é sabido, antes da batalha da ponte Mílvia (312), o imperador romano Constantino tem uma visão de Cristo com uma cruz e a mítica frase *In hoc signo vinces*, cunhada por Eusébio de Cesareia na sua biografia sobre Constantino. A lenda de Ourique está claramente inspirada na de Constantino, já que Afonso Henriques tem uma visão antes da batalha muito parecida com a mesma frase de *In hoc signo vinces* (Pinto, 2014: 204). Por exemplo, António Brandão, um dos monges cronistas de Alcobaça, dedica-lhe um capítulo inteiro à aparição de Cristo a Afonso Henriques e inclusive inventa um diálogo completo entre o futuro rei e Cristo (Brandão, 1632: 119-120). Como já dissemos, essa lenda teve uma longa continuidade em Portugal, mínimo até finais do século XIX, apesar dos argumentos de Herculano.

Para Oliveira, histórias como essa formam uma parte importante da cultura e tradição portuguesa e nesse sentido põe a sua conclusão desta maneira:

“E neste sentido que realmente valem, à parte um ou outro pormenor histórico, os “argumentos” que acima deixámos de considerar. E é assim, como herói cristão, que D. Afonso Henriques domina verdadeiramente todos os reis que lhe sucederam no trono de Portugal. Nenhum outro merecerá tão perfeito elogio” (M. Oliveira, 1939: 12).

Desta forma pode-se concluir que Oliveira continua a estar a favor da beatificação de Afonso Henriques, não considerando relevantes os fatos aportados pela historiografia, em sua vez considerando muito mais importante a grande presença da lenda do milagre entre os portugueses e o impacto que tinha e ainda tem para a consciência nacional deles.

4. De 1140 para adiante: a história portuguesa na Revista dos Centenários

Ainda que o foco principal deste estudo está no ano 1140, vamos explicar brevemente a continuidade que tem a visão do 1140 em outros momentos da história portuguesa que aparecem na revista. Porquanto é em momentos de crise quando melhor se pode afirmar a identidade nacional o quando esta identidade está ameaçada, os momentos históricos principalmente referidos são a sucessão de João I em 1383 e, evidentemente, a *restauração* de 1640, o outro centenário que deu nome à revista.

Oliveira Boléo denuncia um constante imperialismo do reino vizinho. Para o tempo de Afonso Henriques assinala que havia um imperialismo leonês contra o que o rei português devia estar constantemente em alerta. Dois séculos e meio mais tarde, quando o rei português Fernando I só tinha uma filha, casada com o rei de Castela, fala das “tentativas do imperialismo de Castela” que segundo ele tinha como

objetivo “evitar a consolidação dum facto, aliás consumado – a formação do Estado Português”. Só a “jornada brilhante de Aljubarrota” teria posto fim a essas aspirações castelhanas (Oliveira Boléo, 1939: 43-44). A continuidade do 1140 está clara. A independência conseguida com Afonso Henriques deve ser defendida constantemente contra Leão e depois Castela⁹. E esta vez é João de Avis, irmão bastardo falecido rei Fernando I quem salva Portugal de um rei castelhano e de que esse ocupasse o trono português.

Marques Guedes também considera que o perigo da absorção de Portugal por Castela era constante. Estabelece uma comparação com outros reinos ibéricos da Idade Média que deviam procurar ajudas externas para resistir ao vizinho castelhano. Menciona os casos de Navarra com França e Aragão com Itália e diz que Portugal, por sua parte, buscava esse apoio na Inglaterra e além do Mar (Marques Guedes, 1940a: 8). Na sexta parte da sua série *Portugal é uma nação* insiste novamente na importância da expansão africana para a supervivência da independência portuguesa. O autor define a chegada ao norte de África como “o impulso irresistível do nosso destino histórico” e a melhor defesa possível para evitar que Portugal fosse absorvido por Castela (Marques Guedes, 1940b: 5).

Alberto d’Oliveira destaca neste contexto o rol do infante Henrique o Navegador, filho do primeiro rei da dinastia Avis, João I: “Foi o infante D. Henrique que rasgando na casa portuguesa a janela que deita para o mar; inundou de luz nova a nossa vida e criou ambições maiores no país inteiro” (A. Oliveira, 1939: 8). Essa atuação do infante Henrique teve, segundo Oliveira, consequências profundas para o mundo inteiro: “Os descobrimentos eram obra de alcance universal, susceptível de mudar, como mudou, o rumo da civilização” (A. Oliveira, 1939: 8).

Mas nem todos os textos estão focalizados nos grandes homens na história. Armando Marques Guedes atribui um papel chave ao povo português nos momentos essenciais da história. O autor culpa diretamente o rei Fernando I da crise ocorrida em 1383, por ter casado a sua filha com o rei castelhano. A isso suma-se que “nas classes dirigentes, desta como em outras emergências graves, alguns traidores houve algumas vezes” (Marques Guedes, 1940a: 10-11). Contra essas elites pouco fiáveis, Marques Guedes opõe o povo português ao que atribui uma intuição política que “sempre mostrou nas crises decisivas da Nacionalidade”. Segundo ele é a nação, entendida pelo autor no conceito que tem no século XIX e XX, que “corrigia com severidade a inconstância do Monarca, que sucessivamente andou a fazer e a traír pactos com Castela, o Aragão, a Inglaterra...” (Marques Guedes, 1940a: 10). Ante essa, pelo autor definida, alta traição pelo rei Fernando, em todo o país se reivindicaria “o direito de a Nação escolher rei natural” (Marques Guedes).

⁹ Castela e Leão uniram-se e separaram-se várias vezes durante os séculos XI e XII e só ficaram unidos de forma definitiva em 1230.

Na mesma tónica encontra-se o artigo de Abel Viana, já visível no títulos *Como o povo defende a independência*. Viana focaliza no período justo depois de 1640 e destaca os “heróis subidamente saídos da plebe” (Viana, 1940: 16) que defendiam o novo rei João IV na longa guerra que ia durar até 1668. Só então a coroa espanhola reconheceu a realeza dos Bragança e com isso a independência portuguesa.

O termo *rei natural* é entendido por esse autor como sinónimo de *rei nacional*, que fica evidenciado quando ao final do mesmo texto, falando no mesmo contexto Marques Guedes explica que “aclama-se então um rei nacional, eleito pelo povo” (Marques Guedes, 1940a: 11). Na sexta parte da sua série, no contexto temático de 1580, o autor refere novamente ao rei natural que depois da derrota de António contra Filipe II de Castela estaria no exílio e a causa da independência se perderia depois definitivamente nas Açores (Marques Guedes, 1940b: 11).

Sobre essas afirmações de Marques Guedes é preciso aclarar duas coisas principalmente. A primeira tem que ver com o conceito do *rei natural*. A interpretação do termo no sentido de rei nacional é claramente errada. Na Idade Média *rei natural* tinha o significado de rei legítimo de um território, normalmente por herança. Esse sentido mantinha-se até os séculos XVI e inclusive XVII (Torres Sans, 2004: 835). Para um rei manter a sua naturalidade devia ser um bom governante, sendo representante do *regimen naturale*, que estava em oposição ao *regimen violentum*, uma característica de um tirano, quer dizer, rei ilegítimo. A origem do monarca neste sentido não tinha então relevância para valorar se é rei natural ou não.

O segundo assunto é a importância que Marques Guedes lhe atribui ao povo nas decisões e desenlaces políticos naquela época. A atitude do povo não é importante nem em 1383, nem em 1580, para a decisão quem sucede no trono português nestes dois momentos de crise dinástica. O povo apoia em ambas ocasiões o candidato bastardo contra o rei castelhano, mas esse só triunfa em 1383 (caso de João, mestre de Avis). A diferença de ambos casos radica no apoio da nobreza (com o alto clero incluído) e da alta burguesia que em 1580 preferem a candidatura de Filipe II de Castela e é esse apoio o decisivo e não o das massas populares (Gloël, 2017b). Precisamente, Luís de Meneses, conde de Ericeira, na sua *História de Portugal restaurado* (1679), que escreve a toma da coroa por parte do duque de Bragança e os anos seguintes, escreve que o duque não podia confiar no povo pela sua inconstância e que por isso procurou o apoio de outro sectores mais fiáveis (Meneses, 1679: 68).

Esse ano de 1580 é na historiografia nacional portuguesa o ponto de início que levaria à *Restauração* de 1640, o outro centenário celebrado na *Revista dos Centenários*. Partindo com os estudos de Magalhães Godinho (1968) essa visão tem sido questionado e hoje em dia já ficou obsoleta. O próprio Godinho refere-se ao 1580 a um ponto de chegada em vez de partida, culminando as aspirações dinásticas

dos reis portugueses e castelhanos (Magalhães Godinho, 1968: 381). De facto, é o rei português Manuel I o monarca que mais procurou uma união dinástica liderada pela casa de Avis e é por isso que se casou com três princesas de Castela e Aragão durante a sua vida. Mas em 1940 a interpretação nacionalista do período de 1580 a 1640 ficava ainda plenamente em vigência.

Não podemos descrever em detalhe o outro centenário nesta ocasião, mas queremos caracterizar-lo muito brevemente, porquanto a ideologia mostrada nos textos sobre o 1140 e a história portuguesa em geral dominam também a interpretação desse momento chave da história portuguesa. O ano de 1640 é visto geralmente como outro capítulo na tradição de 1139/1140 e 1383/1385. Afranio Peixoto no seu texto *Nossa foi a Restauração* define o 1640 como a “afirmação da vontade deliberada de existir por si”. E como era habitual, destaca as atuações das grandes personagens: “O que fez com Afonso Henriques; com o Mestre de Aviz; o que veio fazer o Duque de Bragança” (Peixoto, 1939: 13).

O tempo entre 1580 e 1640, por conseguinte, é visto como a perda da liberdade e de subjugação espanhola. Segundo Hernani Cidade, foram os escritores, poetas ou cronistas os que mantinham o “espírito autonomista” num tipo de resistência literária (Cidade, 1939b, 1), um conceito que uma década depois publicaria de maneira mais académica no seu livro *A literatura autonomista sob os Filipes* (Cidade, 1949). O próprio Cidade anuncia este estudo para o futuro com estas linhas: “Em mais largo estudo será desenvolvido o que ora apenas poderá ficar esboçado” (Cidade, 1939b: 4).

Esta obra de Cidade foi já criticada por Eugenio Asensio que lhe acusa a Cidade duma visão cegada para a literatura portuguesa dessa época, afirmando que a maioria dos textos analisados por Cidade não têm espírito de separação, senão que louvam o passado e o presente comuns (Asensio, 1974). Efetivamente, a maioria dos autores que Cidade menciona no seu artigo na *Revista dos Centenários*, como Bernardo de Brito, António Brandão ou Manuel de Faria e Sousa, não escrevem em contra dos Filipes ou da monarquia hispânica. É certo que elogiam Portugal grandemente, mas fazem isso para pedir ao rei um melhor tratamento do seu reino dentro da monarquia, expressando uma consciência de que Portugal não recebe o trato por parte da monarquia que deveria ter (Gloël, 2016).

5. Portugal e Espanha

Finalmente, falta destacar que os textos da revista geralmente não estão dirigidos contra Espanha nem têm animosidade contra o país vizinho. Se bem é certo que a argumentação desenvolvida nesses artigos centra-se na defesa da

liberdade e independência portuguesa contra Leão, Castela e Espanha, essa oposição ou inclusive inimizade não é atravessada ao próprio presente dos autores.

Afranio Peixoto começa o seu artigo afirmando que “a celebração de 1640 não é contra ninguém” (Peixoto, 1939: 13). Hernani Cidade refere a “magnífica unidade” que constitui Espanha como conjunto dos outros territórios da península ibérica e convida inclusive a fidalguia espanhola “a participar neste júbilo do país irmão, a-pesar das oposições que a tal independência ofereceu” (Cidade, 1939a: 1).

Uma explicação poderia ser que as relações entre os dois países atravessavam um bom momento a finais da década dos 1930. Historicamente, depois de 1640 e do Tratado de Lisboa em 1668, passaram-se várias décadas até conseguir-se a normalização entre os dois reinos. Isso só ocorreu depois do câmbio dinástico na monarquia hispânica, e foi o rei português José I (1714-1777) quem casou por primeira vez de novo com uma princesa do reino vizinho. Em 1729 esse rei contraiu matrimónio com Maria Victoria de Borbón, filha do rei Filipe V.

Depois, na última década do século XVIII e durante boa parte do XIX, houve diversas propostas e iniciativa, tanto na Espanha como em Portugal, de uma nova união política, correntes que se costumam a subsumir sob o término “iberismo” (Rueda Hernanz, 1998). Principalmente eram liberais que apoiavam essas iniciativas, mas na última parte do século XIX enfraquecem, sem que desaparecesse mas sem a mesma força que teve em alguns momentos.

Nos anos 30 do século XX, as relações do Estado Novo com a república espanhola mudou segundo o governo espanhol, sendo melhores com o governo conservador durante os anos 1933 e 1935, e sendo piores com os governos de esquerda, primeiro de 1931 a 1933 e segundo o governo da Frente Popular em 1936. De facto, o Estado Novo cortou as relações diplomáticas com o governo da Frente Popular. Na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), Portugal era oficialmente neutral, mas na realidade apoiava claramente o bando franquista. Alberto Pena Rodríguez chamou essa atitude a “falsa neutralidad de Salazar” (1997:101).

Se bem é certo que as relações entre o Estado Novo de Salazar e a Espanha de Franco depois da guerra civil seriam complicadas e já não tão amigáveis, ao ponto de Franco considerar a invasão e conquista de Portugal (Ros Agudo, 2009), durante as preparações da Exposição do Mundo Português e nos início da *Revista dos Centenários* Portugal ainda apoiava a Franco na sua luta contra a república, uma luta que a princípios de 1939 já era evidente que ia ganhar. Parece então lógico que na revista não se faça propaganda contra a Espanha atual, mesmo se os discursos históricos da afirmação da individualidade portuguesa são necessariamente anti espanhol, anti castelhano ou anti leonês.

6. Conclusão

A *Revista dos Centenários* foi sem dúvida um médio propagandista do Estado Novo no marco das preparações e da execução da Exposição do Mundo Português, mas não estava pensada para exercer propaganda sobre as massas populares que não podiam compra-la pela falta de recursos económicos e também porque o estado de Salazar era elitista também ao nível intelectual. Trata-se, então, de uma revista feita por e para a classe culta do Portugal dessa época.

Os artigos relacionados com a história, todavia, na sua maioria, não são escritos por especialistas da área. Se bem é certo que alguns autores são historiadores, Hernani Cidade possivelmente o mais conhecido, a maioria tem outras profissões como jornalista, médico, poeta, sacerdote, escritor ou advogado. Pode-se afirmar no entanto que quase todos estavam vinculados ao mundo universitário, pelo qual se pode dizer que se trata duma revista intelectual, mas não académica.

Os artigos de história, estão todos nas correntes da historiografia nacional, predominante em todo o mundo ocidental nessa época. A nação identifica-se com uma comunidade política e o passado é investigado e descrito desde esse ponto de vista. Os conceitos do Portugal contemporâneo são aplicados a épocas passadas, o que significa que se analisa o passado como se os mesmos valores tivessem a mesma importância que nos séculos XIX e XX.

Essa visão está muito presente nos artigos sobre as origens medievais portuguesas nessa revista. O início do reino português com Afonso Henriques é visto como o nascimento ou fundação da nacionalidade portuguesa que desde esse momento sempre existiu da mesma forma. O primeiro rei português, consequentemente, é descrito como o fundador da nação, ou seja, que a nação começa a existir porque Afonso Henriques toma a coroa.

Essa ênfase da personagem de Afonso Henriques é também uma característica da historiografia nacional, muito focalizada nos “grandes homens que fazem história”. A mesma tendência vê-se em caso de outras épocas que aparecem na revista que se manifestam principalmente em João I, o infante Henrique o Navegador e, evidentemente, João IV.

A história portuguesa em geral é apresentada como uma constante luta para a sobrevivência da nação perante o sempre presente perigo do reino vizinho castelhano. Essa independência, a parte dos personagens destacados, é defendida pelo povo, as vezes inclusive contra traidores entre as elites portuguesas que colaboravam com o inimigo. O foco no povo, quer dizer, o papel destacado que

tem na história, é também característico da historiografia nacional, quando nos séculos tratados na revista é totalmente ausente.

Referências bibliográficas

Acciaiuoli, M. (1998). *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.

Almeida, J. (2004). Memória e identidade nacional. As comemorações públicas, as grandes exposições e o processo de (re)construção da Nação. In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Almeida, J. (2005). *Celebrar Portugal: a nação – as comemorações públicas e as políticas de identidade*. Lisboa: Inst. Piaget.

Allen, D. (1949). *The legend of Noah*. Urbana: University of Illinois Press.

Andrade, D. (2006). Escrita da história e política no século XIX: Thomas Carlyle e o culto aos heróis. *História e Perspectiva, Uberlândia*, 35, 211-246.

Asensio, E. (1974). España en la épica portuguesa del tiempo de los Felipes (1580-1640). Al margen de un libro de Hernani Cidade. In: Asensio, E. (ed.), *Estudios Portugueses* (pp. 455-495). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

Azevedo, A. (1939). Os Mendes da Maia e a fundação da nacionalidade. *Revista dos Centenários*, 7, 5-11.

Barros, J. (1996). Exposição do Mundo Português. In: Brito, J. e Rosas, F. (eds.). *Dicionário de História do Estado Novo, vol.1* (pp. 325-327). Lisboa: Círculo de Leitores.

Bennet, T. (2002). The Exhibitionary Complex. In: Boswell, D. e Evans, J. (eds.). *Representing the nation: a reader* (pp. 332-361). Londres: Routledge.

Bizzocchi, R. (2009). *Genealogie incredibili. Scritti di storia nell'Europa moderna*. Bolonha: Società editrice il Mulino.

Brandão, A. (1632). *Monarchia Lusitana, terceira parte*. Lisboa, Pedro Craesbeck.

Brito, R. (2011). A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940. *Lusitania Sacra*, 24, 263-276.

Campos, A. (1939). 1140-1640-1940. *Revista dos Centenários*, 1, 9-11.

Carlyle, T. (1841). *On heroes, hero-worship, and the heroic in history*. Londres: James Fraser.
Carmona, O. (1940). Palavras do chefe do estado, na câmara municipal de Lisboa, a 2 de junho de 1940. *Revista dos Centenários*, 18, 7-11.

Carvalho Buescu, A. (1987). *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano, uma polémica oitocentista*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Castro Brandão, F. (2008). *Estado Novo-uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cidade, H. (1939a). A mais alta justificação da Independência. *Revista dos Centenários*, 2-3, 1-3.

Cidade, H. (1939b). O espírito autonomista na literatura portuguesa sob os Felipes. *Revista dos Centenários*, 11, 1- 4.

Cidade, H. (1949). *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Comellas, J. (1974). *Historia de España moderna y contemporánea*. Madrid: Rialp.

Dias do Nascimento, R. (2008). *O “Brasil Colonial” e a Exposição do Mundo Português de 1940*. Salvador-BA, tese de doutorado.

Domingos, N. e Pereira, V. (2010). *O Estado Novo em Questão*. Lisboa: Edições 70.

Faria e Sousa, M. (1679). *Europa Portuguesa, tomo II*. Lisboa: Antonio Craesbeeck.

Ferreira de Vera, A. (2005). Origem da nobreza política. Brasão de armas, apelidos, cargos e títulos nobres. Lisboa: Livro Aberto.

Ferreira Neves, F. (1973). As supostas Cortes de Lamego; D. Afonso Henriques, 1. rei de Portugal. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 154, 81-104.

Ferro, A. (1939). Carta aberta aos portugueses de 1940. *Revista dos Centenários*, 1, 19-24.

França, J. (2010). *O Ano X – Lisboa 1936*. Lisboa: Editorial Presença.

Friedrich, D. (2016). *Salazars Estado Novo: vom Leben und Überleben eines autoritären Regimes 1930-1974*. Bonn: minifanal.de.

Ganapini, L. (1990). *La storiografia sul fascismo locale nell'Italia nordorientale*. Udine: Istituto friulano per la storia del movimento di liberazione.

- Gloël, M. (2016). Los autores portugueses entre 1580 y 1640: una lucha literaria por la preeminencia en la monarquía hispánica. *Revista Historia*, 23, 29-51.
- Gloël, M. (2017a). The Tubal figure in early modern Iberian historiography. *Imago Temporis*, 11, 27-51.
- Gloël, M. (2017b). Los cambios dinásticos en Portugal de 1383/85 y 1580: una reflexión comparativa. *Revista Chilena de Estudios Medievales*, 11, 44-67.
- Grilo, M. (2011). História e Ideologia no Estado Novo – a revisão integralista do passado nacional. *Promontoria*, 9, 191-218.
- Hernández Burgos, C. (2015). La dictadura en los rincones: la historiografía del franquismo y la perspectiva local. *Historia Actual Online*, 36, 69-82.
- Hobsbawm, E. (1990). *Nation and nationalism since 1780: programm, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lavallée, J. (1850). *Historia de España por una sociedad literaria*. Madrid: A. Frexas.
- Lemos Martins, M., Oliveira, M. e Bandeira, M. (2012). O Mundo Português da Exposição de 1940 em postais ilustrados: o global numa visão lusocêntrica. *RCL*, 42, 265-277.
- Lourenço, E. (1978). *O Labirinto da Saudade. Psicoanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Magalhães Godinho, V. (1968). *Ensaio de História de Portugal*, Lisboa: Sá de Costa.
- Mariz, P. (1594). *Diálogos de vária história*. Coimbra: António de Mariz.
- Marques Guedes, A. (1940a). Portugal é uma nação, IV. *Revista dos Centenários*, 16, 5-11.
- Marques Guedes, A. (1940b). Portugal é uma nação, VI. *Revista dos Centenários*, 17, 5-11.
- Marques Machado, N. (2014). *Processo de beatificação de D. Afonso Henriques*. Braga: Empresa do Diário do Minho.
- Meneses, L. (1679). *História de Portugal restaurado, tomo I*. Lisboa: João Galvão.
- Oliveira, A. (1939). Guimarães, dia um de Portugal. *Revista dos Centenários*, 5, 7-8.

- Oliveira, F. (2000). História de Portugal. In: Franco, J. (ed), *O mito de Portugal* (pp. 349-494). Lisboa: Roma Editora.
- Oliveira, M. (1939). D. Afonso Henriques poderá ser beatificado? *Revista dos Centenários*, 8, 7-13.
- Oliveira Boléo, J. (1939a). Como conseguiu Portugal a sua autonomia política, I? *Revista dos Centenários*, 11, 14-19.
- Oliveira Boléo, J. (1939b). Como conseguiu Portugal a sua autonomia política, II? *Revista dos Centenários*, 12, 41-44.
- Passos, C. (1939a). A espada de Afonso Henriques, I. *Revista dos Centenários*, 8, 18-24.
- Passos, C. (1939b). A espada de Afonso Henriques, II. *Revista dos Centenários*, 9, 11-18.
- Peixoto, A. (1939). Nossa foi a restauração. *Revista dos Centenários*, 1, 13-14.
- Pena Rodríguez, A. (1997). *El Estado Novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda*. Madrid: tese de doutorado.
- Pina, L. (1939). Portugal é Guimarães. *Revista dos Centenários*, 4, 11-21.
- Pinto, F. (2014). La dimensión épica y religiosa en la primera parte de la Crónica de cinco reis de Portugal. In: Dios, A. (ed.). *La lengua portuguesa, vol 1* (201-210). Salamanca: Ediciones Universidad.
- Presidência do Conselho (1939). Independência de Portugal. *Revista dos Centenários*, 1, 2-7.
- Remi-Giraud, S. e Retat, P. (1996). *Les Mots de la nation*. Lyon: Press Universitaires de Lyon.
- Ros Agudo, M. (2009). *A grande tentação. Os planes de Franco par invadir Portugal*. Alfragide: Casa das Letras.
- Rosas, F. (1990). *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rueda Hernanz, G. (1998). El “iberismo” del siglo XIX, historia de la posibilidad de unión hispano-portuguesa. In: Torre Gómez, H. e Vicente, A. (eds.). *España-Portugal: estudios de historia contemporánea* (pp. 181-214). Madrid: Editorial Complutense.
- Sánchez Alonso, B. (1944). *Historia de la historiografía española. Ensayo de un examen de*

conjunto. II, de Ocampo a Solís (1543 – 1684). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Serra, F. (2016). Visões do Império: a 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns. *Revista Brasileira da História da Mídia*, 5, 45-59.

Simon i Tarrés, A. (2016). *La Bíblia en el pensament polític català i hispànic de l'època de la raó d'estat*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat.

Schöttler, P. (1997). *Geschichtsschreibung als Legitimationswissenschaft 1918-1945*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Sousa, L. (1951). Anais de D. João III. Volume I. Lisboa: Livrara Sá da Costa.

Torres Sans, X. (2004). A vueltas con el patriotismo. La revuelta catalana contra la Monarquía Hispánica (1640 – 1659). In: Álvarez-Ossorio Alvariño, A. e García García, B. (eds.). *La monarquía de las naciones. Patria, nación y naturaleza en la monarquía de España* (pp. 811-844). Madrid: Fundación Carlos de Amberes.

Vargaftig, N. (2016). *Des Empires en carton. Les Expositions coloniales au Portugal et en Italie (1918-1940)*.

Viana, A. (1940). Como o povo defende a independência. *Revista dos Centenários*, 21, 15-19.

Vieira, L. (1939). Independência de Portugal. *Revista dos Centenários*, 9, 1-2.

Woods, F. (1913). *The influence of monarchs: steps of a new science of history*. New York: MacMillan.

Recebido: 19 de outubro de 2017
Aprovado: 15 de fevereiro de 2018